ISSN:2594-6153

Governança e Paradiplomacia para Implementação de Medidas de Adaptação Climática: Um Estudo de Caso nos Municípios Brasileiros

Maria Érica Batista dos Santos, Jeferson da Silva, Luiz Fernando Pinheiro Elias

Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos-SP, Brasil

E-mail: mariaericaxavier@gmail.com

Resumo: O presente trabalho enseja analisar se governança e a paradiplomacia são ferramentas adequadas para a implementação de medidas de adaptação climática nos municípios brasileiros. Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a governança e a paradiplomacia em municípios brasileiros e analisa como essas práticas podem contribuir para a implementação de medidas de adaptação climática. Por meio do método hipotético dedutivo, utilizando-se a metodologia de revisão bibliográfica. Os resultados mostram que a governança eficaz e a paradiplomacia podem ajudar a promover a adaptação climática nos municípios, mas também destacam os desafios e limitações enfrentados pelas autoridades locais.
Palavras-chave: governança, paradiplomacia, adaptação climática, municípios brasileiros.

Governance and Paradiplomacy for Implementing climate Adaptation measures: A case Study in Brazilian Municipalities

Abstract: Governance and paradiplomacy are crucial for implementing climate adaptation measures in Brazilian municipalities. This article presents a case study of governance and paradiplomacy in Brazilian municipalities and analyzes how these practices can contribute to the implementation of climate adaptation measures. The results show that effective governance and paradiplomacy can help promote climate adaptation in municipalities, but they also highlight the challenges and limitations faced by local authorities.
Keywords: Governance ; paradiplomacy; climate adaptation; Brazilian municipalities.

Introdução

A mudança climática é um desafio global que requer ações locais para mitigar seus impactos. A governança e a paradiplomacia são fundamentais para a implementação de medidas de adaptação climática nos municípios. A governança refere-se ao processo de tomada de decisões e implementação de políticas públicas, enquanto a paradiplomacia se refere às ações diplomáticas realizadas por atores não estatais, como cidades e regiões.

O conceito de paradiplomacia decorre da própria ideia de diplomacia que conhecemos, decorrente por sua vez, da Ordem de Westphalia (Tratados de Münster e Osnabrück, 1648). para Kutzenetov "[…] a primeira tentativa de incorporar o termo paradiplomacia na literatura das ciências sociais foi feita por Rohan Butler em 1961, quando ele publicou no collective monograph Studies in Diplomatic History and Historiography o capítulo sob o título "Paradiplomacia". Keating por sua vez define que:

> "Paradiplomacia é parte da ampliação do universo dos assuntos internacionais, em que Estados não são mais os únicos atores. Regiões operam ao lado de empresas, sindicatos, movimentos sociais e organizações transnacionais como Greenpeace ou Oxfam. Este universo é complexo, fragmentado e desestruturado. O mercado global é particularmente complexo e várias regiões têm tido dificuldades em encontrar meios para operar dentro do mesmo".(Keating, 1999)

Desta forma, a governança eficaz se mostra fundamental para a implementação de medidas de adaptação nos municípios, quer de cunho climático, quer de cunho ambiental ou urbanístico ou ainda de qualquer outro tema pertinente que alcance o interesse dos envolvidos.

De forma especial trata-se hoje dos ajustes necessários à adaptação climática em diversas regiões do mundo, ante a emergência global que vivemos. Quando se fala em adaptação climática inclui-se instrumentos como: a criação de planos de adaptação climática, a implementação de políticas públicas e a participação da sociedade civil, o que já denota a existência de uma governança que vai além do conceito do governo estatal.

Pode citar-se o exemplo da cidade de São Paulo desenvolveu um Plano de Adaptação Climática [3] que inclui ações para reduzir a vulnerabilidade da comunidade aos impactos do clima. A cidade de Curitiba elaborou uma proposta de lei que estabelece a obrigatoriedade de incluir critérios de sustentabilidade e adaptação climática em projetos de desenvolvimento urbano [4].

No Brasil, observa-se a presença de três casos brasileiros, onde os municípios obtiveram destaque na ação internacional: Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, que exibem respectivamente sua inserção internacional por meio de divulgação de best practices (Curitiba, com planejamento urbano e Porto Alegre com orçamento participativo), decorrentes de políticas de boa governança, por projeção dada por um megaevento global (Porto Alegre, tendo sediado o Fórum Social Mundial), e por ação estratégica institucional voltada às relações internacionais (caso da cidade de São Paulo).[5]

Objetivos: O presente estudo tem como objetivos analisar a efetividade da paradiplomacia na implementação de ações que visem a adaptação climática nos municípios brasileiros, frente a possibilidade da ampliação da governança para além da esfera estatal.

Material e Métodos

Através de método hipotético dedutivo, utilizando-se a metodologia de revisão bibliográfica, de artigos científicos, arcabouço legal, bem como o uso de dados secundários disponíveis nas bases de dados nacionais como IBGE.

Resultados

Os resultados da pesquisa demonstram que alguns municípios brasileiros obtiveram êxito na implementação de projetos de cunho ambiental e de adaptação climática, tendo como instrumento a paradiplomacia, que incluiu a formação de consórcios e parcerias entre diversos entes públicos e privados, algumas vezes oriundos de país distinto do Brasil.

Em que pese na maioria dos casos, tratar-se de governança nacional, ainda assim o investimento de recursos da esfera privada junto ao setor estatal para a obtenção de medidas que auxiliem os municípios a enfrentarem a crise climática pela qual passa o mundo é objeto de grande valia e apontamento de que a cooperação entre setores e esferas diversas, quando reunida para a realização de projeto específico de interesse comum entre os atores envolvidos é sim ferramenta capaz de gerar a afetividade da implementação de medidas de adaptação climática no Brasil

Ainda que de forma embrionária frente ao grande número de municípios existentes, a amostra utilizada denota que o universo pode ser ampliado e alcançar bons resultados nos demais municípios brasileiros, se assim se fizer.

Discussão

A análise dos municípios estudados demonstra que, embora ainda incipiente no contexto nacional, a articulação entre governos locais e atores transnacionais – sejam eles públicos ou privados – vem gerando impactos positivos na implementação de projetos ambientais.

O êxito observado em determinados municípios reforça a tese de que a cooperação multiescalar e multinível pode potencializar capacidades institucionais locais, sobretudo em um país caracterizado por desigualdades regionais e desafios estruturais como o Brasil. A formação de consórcios intermunicipais e parcerias com entidades estrangeiras, quando bem estruturadas, permite a transferência de conhecimento técnico, mobilização de recursos financeiros e o compartilhamento de boas práticas, elementos centrais para enfrentar a complexidade da crise climática.

Conforme já discutido por autores como Keohane e Nye (2001) [6] e Tavares (2016)[7], a paradiplomacia representa uma alternativa relevante para governos subnacionais ampliarem sua margem de atuação internacional, especialmente em agendas de interesse global como a ambiental. Os dados coletados corroboram esse entendimento, ao mostrar que, mesmo em um cenário de forte centralização de competências no Estado nacional, municípios brasileiros têm encontrado brechas e oportunidades para construir arranjos cooperativos eficazes. Isso se alinha também às discussões contemporâneas sobre a governança policêntrica (Ostrom, 2010) [8], nas

quais múltiplos centros de decisão atuam de maneira coordenada, ainda que autônoma, para alcançar objetivos comuns.

É importante ressaltar que, apesar dos avanços pontuais, a prática ainda se encontra em estágio embrionário. A amostra utilizada nesta pesquisa é representativa de uma fração bastante limitada do universo municipal brasileiro, o que aponta tanto para as limitações estruturais ainda existentes quanto para o potencial latente de ampliação dessas iniciativas. Fatores como capacidade técnica local, vontade política, acesso à informação e redes de relacionamento internacional aparecem como determinantes para o sucesso das experiências analisadas.

A articulação entre setor público e privado também se revelou elemento-chave. O investimento de recursos oriundos da esfera privada em projetos públicos de adaptação climática não apenas reforça o caráter colaborativo dessas iniciativas, como também evidencia um novo paradigma de financiamento e execução de políticas ambientais. Este modelo de cooperação intersetorial, quando orientado por princípios de interesse público e transparência, pode contribuir significativamente para a escalabilidade e efetividade das medidas implementadas.

Portanto, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer institucionalmente os municípios brasileiros, tanto no plano interno quanto na sua inserção internacional. É urgente ampliar a capacidade dos entes locais de atuar em rede, acessar recursos externos, desenvolver projetos com enfoque técnico e sustentável, e, sobretudo, participar ativamente das agendas globais sobre mudanças climáticas. A paradiplomacia, nesse contexto, não deve ser vista como uma estratégia periférica, mas sim como um caminho viável e estratégico para a construção de soluções locais com impacto global.

Conclusões

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a paradiplomacia configura-se como uma ferramenta estratégica e promissora para a efetiva implementação de medidas de mitigação climática nos municípios brasileiros. Ao possibilitar a articulação entre diferentes esferas de governo, setores da sociedade e atores internacionais, essa prática amplia as capacidades institucionais locais, promove o intercâmbio de conhecimentos e facilita o acesso a recursos técnicos e financeiros. Embora ainda em estágio inicial, as experiências analisadas demonstram que, quando bem estruturada e voltada a objetivos comuns, a cooperação paradiplomática contribui de forma significativa para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, sendo, portanto, um caminho viável e necessário para a construção de políticas ambientais mais eficazes e integradas no âmbito municipal.

Referências

1. Kuznetsov, Alexander S. **Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs.** Nova York: Routledge, 2015.

2. Keating, Michael. Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in action: the foreign relations os subnational governments**. Londres: Frank Cass, 1999. p 1-16.

3. São Paulo, **Plano de Ação Climática**. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/comite_do_clima/284394. Acesso em: 24 ago. 2025.

4. Curitiba. **Prefeitura elabora Proposta de Lei para criar a Politica Municipal sobre Mitigação Climática.** Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-elabora-proposta-de-lei-para-criar-a-politica-municipal-sobre-mitigacao-e-adaptacao-as-mudancas-climaticas/77714. Acesso em 28 ago. 2025.

5. Ribeiro, Maria C. M. **Mapeamento da realidade paradiplomática dos municípios brasileiros.** Disponível em: https://books.scielo.org/id/zxnbn/pdf/ribeiro-9788523212018-04.pdf. Acesso em 20 ago. 2025.

6. Keohane, Robert O.; NYE, Joseph S**. Poder e interdependência: a política mundial em transição.** 3. ed. São Paulo: Pearson, 2001.

7. Ostrom, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

8. Tavares, Rodrigo. **Paradiplomacia: cidades e estados no cenário internacional.** São Paulo: Contexto, 2016.